

**NÃO VIOLÊNCIA E APRENDIZAGEM:
utopia ou análise crítica?**

Paulo Sérgio Cantanheide Ferreira¹ – frpaulop71@gmail.com
Maria Eugênia Curado/Orientadora² – curadoeugenia@hotmail.com

Introdução

O horror causado pelas experiências das duas grandes guerras ocorridas no século passado levou pensadores, sobretudo europeus, a se perguntarem se a Paz não poderia ser construída por meio da educação. Ao ser recomendada por órgãos internacionais como a UNESCO, a educação para a Paz torna-se meta de políticas públicas em várias partes do mundo. No Brasil conquistou um espaço relevante, porém, com maior expressão entre as ONG's do que na academia, onde normalmente o tema recai sob suspeita de uma militância demasiada utópica. Nesse sentido, o presente trabalho se desafia a discutir o tema não como proposição da paz, que sofre um desgaste semântico ao ser associada à noção de falta de atitude, mas a partir da não violência como uma ação a ser assimilada pelo sujeito. Nesse sentido a reflexão procura dialogar com as correntes de pensamento que investigam uma das atividades centrais da educação: o processo de aprendizagem, a fim de buscar um referencial teórico capaz de conceber a não violência como matéria de aprendizagem e princípio orientador de práticas educacionais.

Revisão de Literatura

Em sua obra “Não violência na Educação” Muller (2006) reconhece que a não violência é uma idéia nova e muitas vezes causa estranheza em um mundo que afirma ter construído uma civilização, porém, tal civilização foi consolidada com certa aceitação da violência que, em alguns aspectos, foi até institucionalizada. Sem dúvida esse é o principal motivo porque o termo não violência costuma sofrer rechaço.

O autor insiste que a coibição da violência pelo Estado não garante a civilidade e que esta só será possível quando os cidadãos optarem pela não violência de forma livre. Diante disso ele sugere uma ocupação filosófica e pedagógica acerca da não violência como contribuição para a construção de uma civilização de Paz.

A violência [...] é inerente ao nosso pensamento e comportamento. A não violência ainda é um território inexplorado. Temos tanta dificuldade de aprender o conceito de não violência, que freqüentemente nos vemos inclinados a negar sua relevância. Assim temos um grande

¹ Mestrando em Educação Linguagem e Tecnologia (MIELT), UEG, Cidade de Goiás (GO).

² Professor(a) do curso de Letras, UEG, Cidade de Goiás (GO) e do MIELT, UEG - Anápolis (GO).

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS
X SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E CIDADANIA
X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

13 a 17 de maio de 2013

COMUNICAÇÃO ORAL

trabalho pedagógico pela frente [...] para assegurar que a cultura da Paz e da não violência, de fato transforme o panorama mental de professores e alunos. (MULLER, 2006, p. 11-12).

Vemos que é justamente a negação da não violência como uma atitude viável para o aprimoramento das relações interpessoais e políticas que motiva o autor a apresentá-la como uma filosofia necessária para o mundo contemporâneo. Para isso ele parte da afirmação que a não violência é antes uma atitude que uma realidade passiva. Partindo do pressuposto que o sujeito humano apresenta potencialidades que estão abertas tanto para a violência como para a generosidade, o autor sugere a educação como um poderoso veículo facilitador da opção pela não violência.

Aprender e ensinar são atividades que supõem uma relação interpessoal e sócio-histórica. Tendo a experiência humana, alcançado maior fluidez, no interior de sociedades organizadas, já nos primórdios da humanidade a superação de dificuldades e a necessidade de organização, aliado ao desejo de conhecer, vão dar origem à uma das mais antigas práticas sociais, a educação. Na prática educacional a relação entre o sujeito que conhece e o mundo a ser conhecido é facilitada pela presença do educador que, segundo Monroe (1984), na antiguidade poderia ser toda a comunidade adulta, porém, com o passar do tempo, a função de educador foi restringindo-se à figura do pedagogo, do mestre e do professor.

Esse mesmo autor infere que a natureza do processo de aprendizagem está intimamente vinculada ao ideal educacional traçado pela sociedade onde a atividade se desenvolve. Em sua história da educação ele lembra que, mesmo antes da antiguidade clássica, Homero lança o ideal educacional das Cidades-estado gregas que visava o desenvolvimento de uma personalidade livre e vigorosa. Um pouco mais tarde o objetivo da educação Espartana pretendia “dar a cada indivíduo tamanha perfeição física, coragem e habito de obediência completa às leis, que o tornasse o soldado ideal” (MONROE, 1984, p. 33).

Aqui podemos tirar duas questões importantes para nossa reflexão: primeiro que os ideais educacionais são constituídos a partir de experiências históricas das sociedades. E segundo, que o fenômeno da violência apresenta também uma natureza histórico-institucional de base material; haja vista que Esparta, certamente, não foi a única sociedade da história a priorizar em seu ideal educacional o aperfeiçoamento da violência institucionalizada através da formação de soldados para a guerra.

À medida que as sociedades vão se tornando mais complexas e a modernização tecnológica avança a aprendizagem da violência também se aperfeiçoa; isso desde a transmissão das táticas de guerra até às pesquisas de ponta para a fabricação de armas de destruição em massa. Logo percebemos que, pensar um diálogo entre não violência e aprendizagem é submeter os processos de aprendizagem à uma apreciação crítica.

O desafio de definir violência a fim de pensar sua prevenção a partir do horizonte das práticas educacionais supõe uma ação sistemática que Priotto define da seguinte maneira:

II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, LINGUAGEM E TECNOLOGIAS
X SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, MODERNIDADE E CIDADANIA
X SEMINÁRIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

13 a 17 de maio de 2013

COMUNICAÇÃO ORAL

A elaboração de uma prática educativa para prevenir a violência necessita estar cimentada por valores humanos: ética, respeito e tolerância. A prática educativa tem seus desdobramentos em quatro ações educativas: a psicológica, a social, a cultural e a política. (PRIOTTO, 2008, p. 11137).

O autor Francês Bernard Charlot (2002), ao analisar a problemática da violência no ambiente escolar, apresenta algumas expressões de ações violentas que nos possibilita perceber um panorama de violência social que tem suas raízes plantadas na dinâmica das sociedades, aparecendo no ambiente escolar apenas como um reflexo de relações sociais mais amplas. Aqui lançaremos mão de algumas de suas definições, acrescidas de outras reflexões, na tentativa de apresentar a complexidade do tema e a demanda de uma prática educacional que transcende a educação escolar.

Violência em geral implica todo ataque a leis ou a pessoas que tem como consequência dano físico e moral.

Violência Física: homicídios, espancamentos, ferimentos, roubos, estropos, porte de armas que sangram e ferem.

Violência simbólico-institucional: forma de organização da instituição que intimida, assujeita, discrimina, ameaça, marginaliza e tira a liberdade de expressão, através do manejo do poder institucional.

Violência Simbólico-verbal: comunicação falada ou escrita que utiliza a posição de poder e autoridade para coagir, ameaçar, subornar, assediar etc.

Violência social: desemprego; desrespeito às normas do trânsito; tráfico de drogas, pessoas e órgãos; invasão de privacidade e intimidade através de meios tecnológicos; exploração trabalhista.

Incivilidades: Ações que ignoram as regras da boa convivência como desordens, empurrões, zombarias, grosserias, palavras ofensivas, piadas de mau gosto etc.

Conhecer os processos de desenvolvimento e aprendizagem que mais contribuem para a superação dos desafios colocados para a transmissão do conhecimento tem sido a principal tarefa daqueles que trabalham com educação. De maneira que a inserção da atitude não violenta como ideal da prática educativa depende de uma compreensão abrangente do conceito de aprendizagem, que não esteja restrita à assimilação de conteúdos do currículo formal, aproximando-se da definição que Marta Kohl Oliveira apresenta para o conceito de aprendizagem:

É o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores, etc., a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independente das informações do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). (OLIVEIRA 1993, p. 57).

A noção de aprendizagem como aquisição de atitudes e valores vem bem ao encontro de nossa proposta de trabalho. Diante disso, a teoria histórico-cultural de Vygotsky e seus colaboradores parece bastante viável aos nossos propósitos. Os principais objetivos dos teóricos ligados a essa corrente estão ligados “à busca de explicação para a origem e o desenvolvimento do psiquismo humano como processo social, histórico e culturalmente mediado, abrangendo os processos cognitivos, as emoções, a consciência, a atividade, a linguagem, o desenvolvimento humano, a aprendizagem”. (LIBÂNEO; FREITAS, 2007, p. 40)

Em Vygotsky, a aprendizagem não se dá em decorrência do desenvolvimento e tampouco se confunde com o desenvolvimento em si, conforme postulavam as teorias em voga no seu tempo. Para o autor, o que ocorre é uma interação contínua entre desenvolvimento e aprendizagem, para isso o autor introduz o conceito de Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDP) que é “a diferença ente o nível das tarefas realizáveis com o auxílio dos adultos e o nível das tarefas que podem desenvolver-se com uma atividade independente”. (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 1998, p. 112).

Ao propor a (ZDP) o autor define a aprendizagem como uma atividade realizada através da interação entre sujeitos, mediada por sistemas simbólicos. Em decorrência disso postula que o desenvolvimento é formado historicamente e que a aprendizagem não é uma atividade restrita às fazes da infância:

Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam nas crianças as características humanas não-naturais, mas formadas historicamente”. [...] “O papel da aprendizagem como fonte de desenvolvimento – Zona de desenvolvimento Potencial – pode ilustrar-se ainda mais comparando-se os processos de aprendizagem das crianças e do adulto. Até agora, atribuiu-se pouco relevo às diferenças entre a aprendizagem da criança e a do adulto. Os adultos, como bem se sabe, dispõem de uma grande capacidade de aprendizagem. (VYGOTSKY; LURIA; LEONTIEV, 1998, p. 115).

A abertura apresentada pela teoria de Vygotsky à aprendizagem na fase adulta por meio da mediação simbólica é de grande valia para ao nosso propósito de apresentar a não violência como matéria de aprendizagem, uma vez que os aspectos violentos da cultura costumam se manifestar com mais intensidade nas atitudes das pessoas em fase posterior à infância. Além disso, o autor dilata a concepção de aprendizagem concebendo-a não apenas como uma atividade que contribui para o desenvolvimento do ser humano dentro de um universo de previsibilidade fechado, mas como uma ação que abre as condições de possibilidade para o vir a ser do humano. Essa abertura teórico-metodológica nos permite identificar, no pensamento de Vygotsky, uma abordagem capaz de ver a cultura de violência que assusta a contemporaneidade como algo não natural e propor a atitude não violenta como matéria de aprendizagem.

Metodologia

Para realização desse trabalho, desenvolveremos uma pesquisa qualitativa, onde as técnicas utilizadas serão a pesquisa bibliográfica e a consultas a documentos. Inicialmente Lançaremos mão dos autores Jean-Marie Muller, Paul Monroe, Vygotsky e Jürgen Habermas para investigar as possibilidades de contribuição da comunicação e da linguagem para os processos de ensino aprendizagem na construção de uma cultura não violenta na contemporaneidade.

Conclusão

Constata-se, portanto, que a violência apresenta um aspecto histórico-cultural que foi construído também através da atividade de ensino aprendizagem. Diante disso, concluímos que para darmos conta de uma proposta educacional que contemple a não violência como princípio norteador do processo de aprendizagem, precisamos: definir o que entendemos por violência e verificar como tal processo histórico e cultural se manifesta nas diversas expressões de violência no cotidiano da vida; além disso, optar por uma abordagem teórica que inclua os processos histórico-culturais e seja capaz de questionar e avaliar os próprios processos educacionais que corroboram para a consolidação de uma cultura de violência.

De modo que o nosso propósito de pensar a aprendizagem da não violência a partir da teoria histórico-cultural supõe conceber a violência como uma atividade humana revelada na ação dos sujeitos, porem, antes internalizada por meio de processos discursivos. Isso nos lança ao desafio de dominar a noção de aprendizagem em Vygotsky em suas estreitas relações com a linguagem e a atividade prática, bem como investigar como a essas duas últimas sob orientação da intervenção pedagógica podem contribuir para a aprendizagem de valores morais, aspectos éticos da existência e atitudes generosas e acolhedoras em detrimento de ações violentas.

Referências

BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do desenvolvimento*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, p. 432-442, 2002.

LIBÂNEO, J. C; FREITAS, R. A. M da M. Vygotsky, Leontiev, Davidov – Contribuição da Teoria Histórico-cultural para a didática. In: SILVA, C. C; SUANNO, M. V. R Muniz de (Orgs.). *Didática e interfaces*, RJ: Deescubra, 2007.

MONROE, P. *História da Educação*. 16. ed. SP: Nacional, 1984 (Atualidades pedagógicas; 34).

MULLER, J. *Não-Violência na Educação*, SP: Palas Athena, 2006.

PRIOTTO, E. P. *Violência escolar: Políticas públicas e práticas educativas*. Curitiba 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/108_54.pdf. Acesso em 16 de janeiro de 2013

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A.R; LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 6.ed. SP: Ícone, 1998 (b).

_____. *A formação social da mente*. 6 ed. SP: Martins Fontes, 1998. (a).

_____. *Pensamento e linguagem*. 3. ed. SP: Martins Fontes, 1991.